

Acta nº.06

Aos **vinete e oito** dias do mês de Abril, do ano de dois mil e seis, pelas 09h30, teve lugar, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal, de cuja convocatória, datada de três do mesmo mês, constavam da Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

I – Período de “antes da ordem do dia”.

II – Período da “ordem do dia”, com os seguintes pontos:

- 1º. Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.**
- 2º. Revisão aos documentos previsionais para o ano de 2006.**
- 3º. Documentos de Prestação de Contas.**

III - Período de intervenção do público.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Jorge Gama**, deu início aos trabalhos fazendo a saudação protocolar.

Seguidamente a **2ª Secretária, Margarida Rodrigues** fez a leitura do resumo da correspondência recebida e expedida. Informou também que toda a documentação se encontra à disposição dos senhores deputados, hoje na Mesa e sempre no secretariado de apoio, na Casa das Varandas.

Não havendo nenhum membro inscrito para a respectiva votação, procedeu-se à votação da **Acta nº.4**, que num universo de 33 votantes registou a abstenção de António Gonçalves, por não ter estado presente na respectiva sessão. **Aprovada por maioria.**

Procedeu-se também à votação da **Acta nº.5**, que num universo de 35 votantes, foi **aprovada por unanimidade.**

PROPOSTA

Considerando que o exercício dos cargos políticos se tem constituído, recentemente, como o alvo preferencial dos inimigos do sistema da democracia representativa, através de generalizações de índole populista tendentes a contaminar a opinião pública com a ideia dominante de que é, potencialmente, sede de corruptos ou corruptíveis;

Considerando que as comemorações do Dia da Liberdade, o 25 de Abril, embora assinalado com a devida dignidade institucional no nosso Concelho, fica muito aquém, em termos de visibilidade e participação crítica dos Valencianos, do que poderíamos e deveríamos fazer, enquanto seus legítimos representantes;

A CDU propõe á votação dos Membros da Assembleia Municipal de Valença o seguinte:

- Que o prémio de presença devido á Sessão Extraordinária que evocou a Revolução de Abril reverta a favor da criação de um Prémio 25 de Abril, promovido pela Assembleia Municipal.

- Que o âmbito, o regulamento e os critérios de atribuição do prémio resulte de proposta de um grupo de trabalho, representativo e voluntário, ao Plenário, para ratificação.
- Que a duração da instituição do Prémio coincida com a duração dos mandatos da Assembleia Municipal.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valença
Valença, 28 de Abril de 2006

O Presidente da Mesa diz que não aceita esta proposta para discussão e que apesar de já terem surgido várias iniciativas do género, o aconselhamento jurídico que teve explica que, tratando-se de uma compensação monetária, que a lei prevê para cada um dos deputados, o todo não poderá decidir pela parte. Assim, considera que este assunto deverá ser falado noutra sede, porventura em Comissão Permanente, com a presença da CDU e o representante dos presidentes de junta, procurando uma via consensual que não colida com o Direito. Portanto, a proposta fica anexa mas com esta justificação a Mesa não a aceita para discussão.

Período destinado às intervenções políticas e às interpelações ao senhor presidente da Câmara Municipal de Valença.

Armando Carvalho começa por discordar da opinião que a Mesa tem sobre a apresentação da proposta e de seguida faz uma análise das actas da Câmara Municipal, “particularmente às actas 4, 5 e 6 onde constam trabalhos a mais e trabalhos a menos nas obras em curso, totaliza 69.423,74€ só em dois itens; os trabalhos a mais nas ramais da EN13 e EN13-9 de ligação á Ponte – 1ª fase, e a Biblioteca Municipal de Valença. O senhor presidente afirma nessa acta, que se há trabalhos a mais também há trabalhos a menos. Os trabalhos a mais são os que não estão contemplados em orçamentação e depois o empreiteiro tem que as fazer. Os trabalhos a menos são os que estão contemplados na orçamentação e que por alguma razão o empreiteiro não os fez e tem que os fazer depois. Então o senhor presidente afirma, que se há trabalhos a mais também há trabalhos a menos na ordem dos 100.000 euros, sem especificar se esse desfasamento orçamental tem origem só na obra da Coroada ou é o total de trabalhos a menos nas operações de requalificação até à data. A redacção da acta remete para “falhos” no projecto que foram corrigidos em obra, como é o caso dos lajeados, que tiveram expressão financeira”, não especificando quanto.

Fica provado á evidência que, para além das opções erradas das Grandes Opções do Plano (GOP), também ao nível da execução orçamental, o desempenho deste executivo, afinal, pouco melhorou em relação aos executivos do PSD/CDS. Continua longe da excelência prometida aos Valencianos pelas grandes máquinas de propaganda eleitoral autárquica.

Comprova-se também que, no que diz respeito ao desempenho da Vereação do PSD, descontando a recente faceta de baluartes da ética política – mais vale tarde do que nunca – este se traduz, por uma continuada e confrangedora pobreza de ideias concretas, de uma completa falta de formulação de propostas em sede Camarária, enfim, por alguma razão a Acta nº.6 começa com uma declaração enigmática pública do Sr. Vereador Jorge Mendes, onde “reitera na pessoa do Sr. Presidente da Câmara toda a confiança política”. Como diz o Galego: “Esta é de campeonato!”.

É que, voltando á temática dos trabalhos a mais e dos trabalhos a menos, o mínimo que se pode exigir de uma vereação opositora competente e responsável, é que, pelo menos, questione como é possível, por exemplo, que a verba de 29.297,92 euros seja originada “em erros e omissões do projecto”, como se os orçamentistas da Câmara e do empreiteiro pudessem deixar escapar que faltavam 752 de 797.5m2 de revestimento da fachada da biblioteca, i.e. 94%. É certo que o sentido de voto da vereação PSD em relação a este ponto foi a abstenção, que pelos vistos é a fórmula ideal para “levar Valença mais longe”.

São várias as situações de lapso de planeamento, execução e controlo das obras. Os pormenores e a localização dos trabalhos, a mais e a menos, não são inquestionavelmente

claros, e, mais estranho ainda, os contratos adicionais às adjudicações iniciais são feitos mais de 2 anos depois destas e com a obra já concluída, ou seja, transitaram de uma legislatura para outra.

Que pensar? Será que tudo não passa, afinal, de uma “compreensível” habilidade contabilística e financeira – que até será “compreensível” para a Vereação PSD – a fim de contornar as malvadas restrições e contenções que os sucessivos governos PS/PSD/CDS “compreensivelmente” impuseram ao Poder Local, a bem da Nação?

Já em relação à proposta de prorrogação do prazo de vigência das medidas preventivas de salvaguarda do Plano de Pormenor da Área Central de Valença e a instalação do “Minipreço” no terreno frente ao Centro Coordenador de Transportes, a unanimidade é total na Câmara.

Não me podendo alongar como queria nesse funesto assunto que é o famoso PDM que os executivos PSD elaboraram “com a biqueira da bota” só para ir buscar Fundos Comunitários que desbarataram em tudo menos no ordenamento do Concelho e cuja revisão e aplicação os executivos PS vêm adiando eternamente para continuar a proporcionar as “baldas” urbanísticas – e não só – que todos conhecemos, o que causa estranheza é agora este radicalismo contra a instalação daquele supermercado. Porque é que Valença pontapeia, de um lado para o outro aquele projecto? O factor criação de postos de trabalho para a juventude – para não mencionar o factor concorrencial – é menos importante que o factor habitacional numa pequena vila onde a oferta é esmagadoramente superior à procura de apartamentos? É por causa da tipologia do local? Mas então, o edifício da Rotunda da Feira, mesmo ali ao lado, não usufruiu da suspensão proporcionada pelas ditas medidas preventivas para se implantar numa zona definida no PDM como Verde Público? Ou será que se vai reeditar a serôdia interpretação da política local e dos mercados que, também nessa legislatura, protagonizou o episódio de pseudo protecção dos pequenos comerciantes no caso Continente?”

São respostas que eu gostava que o senhor presidente me pudesse esclarecer.”

Elisabete Viana intervém para dizer que o “nosso concelho apareceu nos últimos tempos, na comunicação social, com notícias que a todos nos entristeceu mas que nos obriga a reflectir. Perante a morte horrenda que teve a dita senhora, D.^a Maria da Conceição Araújo, acho que temos de fazer algo pelos idosos, porque é inadmissível que uma pessoa esteja morta mais de vinte dias e ninguém se aperceba. Concluimos deste facto, que a família se esquece dos seus idosos, por isso teremos nós que substituir a família que neste momento não leva os idosos para o monte como faziam outrora, mas abandona-os no seu isolamento. Não é um problema fácil, mas este caso deve servir de exemplo para que todos, digo políticos e as instituições, reflectamos e encontremos soluções para ajudar os idosos que por este concelho vivem sozinhos e muitas vezes esquecidos. Eu sei que a rede social tem um grupo para os idosos, mas é urgente dar soluções, avançar para a prática e deixarmos o papel. É um grave problema e tem de ser estudado com urgência. Conheço casos para os quais já se chamou atenção das autoridades, como a delegação de saúde, pois são idosos que vivem com lixeiras estrondosas dentro de casa, mas a gente pede e ninguém faz nada. Por isso eu peço ao senhor Presidente da Câmara e a todos nós, que pensemos nos nossos idosos, porque acho que há soluções e temos que intervir, porque cada vez mais aparecem os idosos, este já é o segundo caso que eu conheço, esta senhora esteve três semanas, um vizinho meu esteve quase quinze dias e é desumano.”

Segue-se **Manuel Lopes** que começa por perguntar porque é que à semelhança de outros anos não foi feita uma reunião com os presidentes de junta para trocar impressões e coordenar o 3º passeio dos idosos, nomeadamente a recolha e entrega de idosos nas freguesias. Sobre esta questão diz ainda que em algumas freguesias é muito difícil arranjar transporte às 23h (hora prevista de chegada). Sobre as visitas, diz que pelo facto de serem livres e as pessoas desconhecerem o local e terem medo de se perder, muitas delas vão ficar sentadas no autocarro. Continua a sua intervenção referindo que, no largo da esplanada, estava um jardineiro a regar com uma mangueira e não percebe como é que numa obra que é feita de raiz não se encontrou melhor alternativa de rega. Termina a sua intervenção chamando a atenção para uma sarjeta entupida há mais de um ano junto ao prédio do cantinho, que até já nabos tem.

João Dias é da opinião que o local onde é colocada a coroa de flores nas comemorações do 25 de Abril, mais precisamente na rua 25 de Abril, não é o mais apropriado uma vez que é necessário andar em cima de um escadote á procura de um velho prego na parede. Considera melhor opção um pequeno pedestal com um marco em granito onde haja espaço para o nome da rua e também para a colocação de flores. É da opinião ainda que o dia das comemorações teve um programa vazio e que por isso seria uma boa opção convidar as associações do concelho a participarem no acto, obviamente sem troco de mais um subsídio. Por fim, apresentou os parabéns ao anúncio da formação de uma comissão para as comemorações do 25 de Abril, desejando que leve avante as suas melhores intenções para dignificar este dia.

Intervém **José Temporão** colocando as seguintes questões: “No feriado Municipal realizado no dia 18 de Fevereiro esta Autarquia asteou uma bandeira para simbolizar, que este município aposta na Mobilidade para todos, tendo-se congratulado no boletim Municipal propaganda de ser a única povoação do distrito a aderir a este projecto a qual já pertencem cerca de 69 municípios. É certo que algumas barreiras já foram ultrapassadas, mas também é certo que continua a haver um elevado número de pessoas que se deparam com enormes dificuldades ou se vê impossibilitado de frequentar locais públicos, de circular na via pública, como nos edifícios de utilização colectiva.

Então pergunto ao Sr. Presidente só para dar o exemplo, onde está a mobilidade para todos, nos três principais secções da Câmara Municipal, a Secção de Tesouraria, a Secção da Acção Social ambos instalados no antigo edifício da Caixa Geral de Depósitos e a secção dos serviços técnicos, instalações públicas, serviços, que não preenchem os requisitos estabelecidos pelo Dec. Lei 123/99, com falta de rampas, de corrimões e de um elevador.

Para não falar das instalações da Segurança Social, dos Correios, das Finanças, como também um dos acessos das Portas do Sol que apresenta uma rampa sem condições. Acho que não basta pertencer ou dizer que se pertence tem que se por em pratica e dar o exemplo.

A segunda questão: qual o ponto de situação dos acuradouros da Senhora da Cabeça? Já existe algum protocolo, algum regulamento de utilização. Foram gastos alguns milhares de euros, para vermos pelo menos um acuradouro que está mal implantado, sem condições de acesso – “a tal mobilidade para todos”, sem uma rampa para descargas e cargas de barcos. Sendo as pessoas obrigadas a ter que se deslocar para o cais local sem as mínimas condições. Acho que a Câmara deveria definir uma estratégia de forma a que aquele instrumento e aquela área tivessem condições para dar uma nova vida aquele espaço, para já neste verão possamos ver vários desportistas náuticos, subirem o rio Minho e atracarem os seus barcos, canoas, motas de água e etc, dando uma nova vida à Senhora da Cabeça.

Terceira questão: gostaria de saber qual o ponto de situação do protocolo para a construção do piso sintético no campo de treinos do Valenciano.”

Isabel Andrez intervém para dizer que os Caminhos de Santiago não estão nas melhores condições, sobretudo no que diz respeito à limpeza, e que seria bom que as juntas de freguesia em colaboração com a Câmara Municipal e talvez com os amigos do Caminho de Santiago tomassem medidas no sentido de as melhorar. Levanta também a questão da conservação e repavimentação do bairro social de Bogim, em Cerdal. Refere que nesta altura o acesso ao bairro está praticamente intransitável, tem uma fissura de tal profundidade, que impossibilita que os veículos circulem numa das faixas, situação que tem de ser resolvida rapidamente para evitar que algum acidente aconteça. Diz que gostaria de saber se realmente existe algum problema de contencioso com o responsável da empreitada, e caso ele exista, considera que a melhor solução é encerrar a estrada ao trânsito e não ficar à espera que esse problema de contencioso se resolva.

Rui Marrucho agradece ao Presidente da Câmara, em nome de todos os presidentes de junta, a visita que proporcionou à Assembleia da Republica e agradece também aos deputados pelo Distrito a visita guiada ás instalações.

Salustiano Faria começa por se referir á obra da coroadada, do centro histórico, como sendo uma obra que marca esta Câmara e da qual todos nós nos orgulhamos porque finalmente começa a ter qualidade de vida. Ao contrário do que muita gente possa pensar, não foi feito só para turistas, porque na Coroadada vive gente, nomeadamente a sua mãe. Lamenta que apenas venham à Assembleia falar mal e que não haja qualquer referência positiva sobre esta obra, aqui ou nos meios de comunicação local. Em relação à intervenção da D.^a Elisabete sobre os idosos, sugere que se dê conhecimento aos presidentes de junta, à GNR ou aos Bombeiros, sempre que de um momento para o outro algum idoso que more sozinho deixe de ser visto como habitualmente.

O **Presidente da Mesa** fez a comunicação das **presenças**, registando-se a ausência do presidente da Junta de Freguesia de Fontoura (Vitor Rodrigues) e também, pedindo a suspensão por um período de trinta dias e correspondente substituição, a do presidente da junta de freguesia de Verdoejo, que se faz substituir por António Ferreira de Oliveira; o senhor deputado José Nogueira, que se faz substituir por António Manuel Fernandes e o senhor deputado Luís Amorim, que justificou a falta mas não assegurou a substituição. Estiveram também presentes os vereadores Joaquim Covas, Aurélia Correia e Tiago Alves.

Intervém o **Presidente da Câmara** começando por responder ás questões levantadas por Armando Carvalho. No que diz respeito ás obras a mais e a menos, começa por falar da obra cujo valor é mais expressivo: “Como compreenderá, trata-se de uma obra complexa, não só de execução, como também coabitar com a realidade comercial que tem, mas também lhe queria dizer e faço-lhe um desafio, estarei disponível para isso, um exercício muito simples. Este executivo nos últimos quatro anos provavelmente executou mais concursos públicos que os dois últimos mandatos. Segundo ponto que lhe queria referir, lanço-lhe o desafio de comparar processos, concursos públicos desta autarquia, nomeadamente deste executivo ou do executivo do mandato anterior com o passado desta Câmara. Sobre a obra que referiu, de contratos adicionais, trabalhos a mais e essas coisas todas, deixe-me dizer-lhe que estamos em tribunal com essa empresa, a empresa colocou a Câmara em tribunal com base em que houve uma lista com trabalhos a mais que a autarquia não concordou, chumbou, já foi feita reunião no conselho superior das obras públicas, naturalmente não houve entendimento e a empresa acha-se na razão de ir para tribunal, sinal que foi fiscalizada. As alterações ou os trabalhos que resultaram de alterações, foram feitas com um princípio, melhoria da qualidade do resultado final e é com base nisso e com base em princípios legais que a autarquia o fez, isto dá trabalho. Quando uma obra pública chega ao fim, aparentemente tudo direitinho, e há contencioso, é sinal que a empresa foi fiscalizada e posso-lhe dizer que nem é a primeira, nem a segunda, nem a terceira, temos vários processos com os quais não concordamos com o empreiteiro e como tal, sentimo-nos no direito de não concordar com as propostas dos empreiteiros, mas deixo-lhe esse desafio, compare processos e acho que é um exercício interessante provavelmente não vai ter a mesma ideia que veio para aqui expressar.” Sobre o PDM, diz que a desafecção da reserva agrícola já foi a provada no ano passado e que a autarquia não tem culpa da primeira reunião de desafecção da REN ter ocorrido em Agosto do ano passado e que a segunda tenha ocorrido apenas na passada quarta-feira, que felizmente aprovou a desafecção da reserva ecológica. Neste momento o processo de revisão do PDM entrará em recta final. O executivo fará uma reunião sobre o produto final da revisão do plano e antes de aprovar em sede de executivo será efectuada uma reunião de trabalho com a Assembleia Municipal. Conclui este assunto dizendo que não podem culpar a autarquia por esperar quase um ano só pela desafecção da carta da reserva ecológica porque não tem culpa disso. Sobre o Minipreço diz que não é contra mas que tem de se instalar num local que respeite os parâmetros urbanísticos. Diz que não é fundamentalista nesta área mas que temos de ter um certo cuidado na escolha do local porque também é preciso defender os empresários locais já que há muita gente a depender deles. Sobre a problemática dos idosos levantada por Elisabete Viana diz que é uma questão que o preocupa mas que é também uma das áreas mais difíceis de intervir, já que em muitos casos são os

próprios idosos que não permitem qualquer ajuda. Diz ainda que estão a ser criadas algumas estruturas para a terceira idade e que junto da segurança social, via orçamento de estado e via próximo quadro Comunitário de Apoio, serão criadas novas estruturas de apoio nesta área. Estão pensados alguns Centros de Dia para algumas freguesias, possivelmente quatro ou cinco durante este mandato, mas só arrancará com estes projectos, com o compromisso da Segurança Social assegurar condições que permitam o seu funcionamento. Sobre o passeio dos idosos, questão colocada por Manuel Lopes, diz que é mentira não ter sido feita uma reunião com os presidentes de junta. Sobre as visitas guiadas, diz que há locais a visitar para além do passeio e que isso é assegurado pela empresa que ganha o concurso. Sobre este passeio apenas existe o problema das deslocações das freguesias até ao local da concentração uma vez que este serviço não é assegurado pela empresa que ganha o concurso. Estão a tentar encontrar uma solução de transporte com os autocarros da câmara sobretudo para as freguesias mais distantes. Em resposta ao senhor João Amorim Dias sobre as comemorações do 25 de Abril, diz que há dois anos que é a Assembleia Municipal que sinaliza esse dia mas que seria importante que a comissão organizadora das comemorações voltasse a fazê-lo pois encontrariam no executivo camarário todo o apoio.

1º Ponto

Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Mesa refere que “há três semanas atrás na companhia do senhor vereador Covas tive a honra de receber em nome do município de Valença, e uma vez que o senhor presidente estava ausente, uma delegação francesa presidida pelo presidente da Câmara de Clamart, uma cidade nos arredores de Paris, delegação que era constituída por esse presidente que eu acabo de referir e por mais três senhoras, uma era a presidente do Comité de Geminação de Clamart, outra era a assessora do presidente e uma outra ainda, era uma senhora portuguesa há muitos anos radicada em Clamart e que presidia uma instituição de índole cultural e recreativa constituída por oitenta portugueses residentes nessa cidade. Acompanhamos a referida delegação das 10h da manhã às 17h, tivemos a oportunidade de lhes mostrar a nossa terra, não só o interior das muralhas como alguns pontos de algumas das nossas freguesias, tivemos a oportunidade de lhes dizer quais são os nossos anseios fundamentais, e tivemos naturalmente também a oportunidade de obter informação que nos prestaram e a informação que vai no sentido de que essa delegação contactava Valença, Melgaço, Trofa e Penamacor, porque tem a intenção de obter uma geminação com um destes municípios. Claro que foram encantados com Valença, e nós fomos lhe dizendo que Valença também está muito interessada em fazer essas geminações. Não sabemos qual o resultado da visita que essa delegação fez aos outros municípios, mas brevemente teremos contacto do presidente da Câmara de Clamart, porque assim ficou acordado. No entanto, após essa recepção eu tive aliás, como todos os deputados a oportunidade de ler as actas da Câmara Municipal e vi, com verdadeira alegria, que na reunião do executivo municipal de 22 de Março, a Câmara deliberou por unanimidade viabilizar um protocolo de colaboração com quatro sócias APPI (Associação Portuguesa de Professores de Inglês), The British Council, Cambridge University Press e Yes – Institute, para desenvolver um programa que dá pelo nome de “Biblioyes” e que prevê, para não estar a maça-los uma aceleração muito forte no ensino do inglês, na divulgação da cultura inglesa, tendo como sede a nossa biblioteca. Eu queria dizer que conheço os sócios de arranque, acho que a Câmara está numa excelente companhia e ligando isso com aquilo que eu dizia antes acerca dos franceses, eu queria estimular sabendo que já é propósito do presidente da Câmara que a primeira geminação que venha a ocorrer do município de Valença, seja com uma cidade ou com uma vila inglesa, na medida em que os dados do protocolo apontam no sentido de um intercâmbio intenso não só das crianças e dos adolescentes, mas também dos encarregados de educação e dos diferentes agentes económicos e sociais. Queria portanto, que todos nós, deputados municipais ficássemos bem sensibilizados para este aspecto, porque o inglês quer queiramos quer não é hoje a língua universal do mundo tecnológico e não só, sem prejuízo da divulgação de outras culturas e de outras línguas, mas penso que Valença é pioneira não no modelo, porque é um modelo nacional, mas neste aspecto muito particular e que pode trazer

uma riqueza de espírito e de cultura muito forte á nossa comunidade, começando o investimento logo nas camadas mais jovens, que é onde ele mais fortifica. Portanto senhor presidente, da minha parte uma felicitação e um estímulo de que essa geminação possa andar bem e muito depressa.”

Armando Carvalho diz que é com os seres humanos que nos devemos preocupar, como por exemplo, como aquela pessoa que morreu em Picoto – Ganfei- abandonada numa casa. Diz que é isto que devemos trazer à Assembleia, em vez de trazer o problema de mangueiras e de nabos. Refere nunca ter dito que havia uma menor execução orçamental. Concorde que há uma maior execução orçamental ao nível da quantidade, embora, ao nível da qualidade, não se notem grandes diferenças comparativamente aos executivos anteriores. Diz ainda desconhecer a existência de processos em tribunal devido a esses trabalhos a mais e trabalhos a menos. Diz que sabe, evidentemente, que as empresas são fiscalizadas e que as alterações são para mudar a qualidade do resultado final, mas que a sua dúvida foi bem expressa e se reflecte por exemplo, naquele pormenor da fachada da biblioteca.

Em relação ao Minipreço e à necessidade de defender os empresários pede que não o façam escolher entre os empresários e os jovens à procura do primeiro emprego. É da opinião de que se esta a falar de uma área de negócio que em Valença poucos empregados tem. Diz ainda que não se deixou vir o Continente e passados dois meses estava o Haley do outro lado e o pessoal foi todo a correr para o lado de Espanha fazer as compras que podiam ter feito cá e com empregados que também poderiam ser nossos.

“Ainda relativamente às actas 4, 5 e 6 da Câmara, e a propósito da área de lazer do rio Manco, cuja aprovação camarária fica pendente de um eventual parecer das entidades que tutelam os regimes condicionantes que sobre o local impelem, gostaria de ser esclarecido sobre o seguinte:

- A implantação desse projecto, que é promovido pela Junta de Freguesia de Friestas, complementa, contém, ou é contíguo ao parque de Campismo?
- Que tipo de estruturas de apoio são propostas?
- A declaração de Utilidade Pública que o executivo conferiu ao dito Parque de Campismo obedeceu às mesmas exigências de consonância de pareceres da tutela, que são exigidas à Junta de Freguesia?

Relativamente ao ponto de situação das empreitadas, constante na informação escrita do Sr. Presidente, nomeadamente da requalificação da rede de saneamento e escoamento de águas pluviais, tivemos conhecimento de que um município teve um acidente de viação junto á Repsol, por, alegadamente, a tampa de uma conduta ter saltado debaixo da sua viatura, tendo provocado danos que estima serem superiores a mil euros. Foi apresentada queixa na GNR.. Segundo esse município, a dita conduta jorrava intensamente uma mistura de águas pluviais e dejectos. Ora, a ser assim, tudo indica que, afinal, a projectada divisão de caudais e redimensionamento das condutas – uma necessidade a que a CDU deu visibilidade já na campanha de 2001 – não tem continuidade em toda a rede, apesar de ter sido objecto de grandes investimentos, com recurso, inclusive, a empréstimos bancários. Torna-se urgente, pois, um completo e cabal esclarecimento desta Câmara sobre este assunto.

Quanto à listagem de processos judiciais pendentes, constata-se que mais de um quarto dos processos dizem respeito a acções de despejo contra moradores dos Bairros Sociais de Bogim e Friestas, o que ilustra bem como é diferente o Portugal “simplex” dos nossos governantes e o Portugal difícil dos nossos excluídos. Por outro lado, verifica-se que a acção intentada pelo Grupo Continente contra o Município de Valença nos anos 90 não consta da referida lista, o que causa estranheza, já que, tanto quanto se sabe, nem a Sonae retirou a acção nem o Município foi condenado ou absolvido.

O resumo da situação financeira, parafraseando a opinião que o Sr. Presidente tem do Plano de Investimento e Despesa, “vale o que vale”. Apresenta um saldo de operações orçamentais que, a avaliar pela necessidade de revisão aos documentos previsionais, já deve estar desactualizado, e uma dívida de curto prazo aparentemente confortável.”

Segue-se **Manuel Lopes** perguntando porque é que o mercado das lavradeiras, estando concluído, ainda não está a funcionar. Sobre a informação escrita e analisando os processos em tribunal conclui que não é boa estratégia concentrar em bairros sociais pessoas com este tipo de problemas. Sobre a questão que levantou na intervenção anterior, diz que a sua questão obviamente esta relacionada com o projecto de rega que não foi executado e não propriamente com a mangueira. Sobre a reunião realizada com os presidentes de junta esclarece que não foi uma reunião apenas para falar do passeio dos idosos como aconteceu em anos anteriores. Agradece por fim o envio das actas da Câmara Municipal uma vez que ajudam a acompanhar os problemas e o andamento do trabalho da câmara.

José Veríssimo intervém dizendo o seguinte: “O reordenamento da rede escolar está na ordem do dia. Nas últimas semanas tem aparecido na comunicação social de forma regular, notícias que dão nota da intenção de se proceder ao encerramento de centenas de escolas do 1º ciclo do ensino básico. Mais recentemente, o Ministério da Educação anunciou que até ao final deste ano lectivo pretende encerrar todas as escolas com menos de vinte alunos e com taxas de aproveitamento inferior à média nacional. Em secretismo, sem ouvir as populações e os professores, sem querer saber o que melhor serve em cada caso às comunidades, à promoção do sucesso escolar e educativo dos alunos, o Ministério da Educação decide encerrar escolas e com isso poupa dinheiro, sem se importar com o facto dessa poupança sair no futuro que poderá não ser muito afastado, extremamente dispendiosa ao desenvolvimento integrado do país. Nessa altura, esta Ministra, este Secretário de Estado, este Director Regional este Governo já cá não estarão, nesse momento pensarão quem estiver que feche a porta. Convém esclarecer que não pretendo provar que a solução seria manter as pequenas escolas em funcionamento, mas não defendo, nem defenderei nenhum encerramento de escolas tendo por base critérios uniformisadores, economicistas e redutores da qualidade da rede escolar do 1º ciclo do ensino básico. A reorganização da rede escolar do 1º ciclo não pode ser encarada apenas como um processo de racionalização dos recursos, deverá ser acompanhada por investimento que possibilite requalificar muitas das existentes, ou construir novas EBI de média dimensão, este caminho dirige que as novas escolas construídas de raiz ou requalificadas, sejam dotadas de espaços, serviços, equipamentos, materiais, recursos humanos e financeiros que rompam com a situação actual. São ainda necessárias cantinas, refeitórios, pavilhões desportivos, campos de jogos, salas específicas de educação musical, expressão plástica, informática, equipamentos audiovisuais, biblioteca, mediateca, materiais e equipamentos pedagógicos e didácticos, espaços que permitam actividades para ocupação de tempos livres sob pena de estes novos estabelecimentos de ensino serem apenas mais do mesmo. A noção de que estamos perante um problema complexo, que envolve factores sociais, económicos e culturais, exige ponderação e consideração de todos os aspectos envolvidos. Está em questão saber se o reordenamento da rede escolar é ou não uma peça importante na estratégia de desenvolvimento do concelho de Valença. É preciso que todos compreendam a verdadeira gravidade do problema, por isso tive o cuidado de assinalar os seguintes indicadores de síntese que configuram o diagnóstico estratégico da situação educativa, em Valença, em termos de educação dizem tudo sobre a dimensão do desafio que temos à nossa frente. O primeiro indicador: educação pré escolar, taxa de pré escolarização de 68%, posicionando-se acima dos valores registados do Minho & Lima, registando-se um crescimento elevadíssimo da mesma em 1991 e 2001, encontrando-se uma certa estabilização da procura em 2002 e 2003 reflectindo algum decréscimo na natalidade embora as projecções demográficas apontem para uma estabilização do número de crianças entre os 3 e 5 anos em torno dos 380 a 400 alunos para o ano de 2011. Concentração na vila de Valença, a rede pública e privada e nas freguesias envolventes do eixo da EN 13 e EN101 em contraste com as freguesias do interior, em que o número de crianças é insuficiente para justificar outra sala. O segundo indicador, convém não esquecer que dezasseis freguesias, apenas oito freguesias tem Jardim de Infância; o segundo indicador: o 1º ciclo do ensino básico, tendência progressiva e sistemática para o decréscimo dos níveis de frequência da procura do 1º ciclo do ensino básico, a partir de 2002, apesar das projecções demográficas, apontarem para a

estabilização do número de crianças entre os 6 e os 9 anos de idade, em redor dos 500, isto até ao ano 2011. procura diminuta comparativamente ás outras das escolas do Cimo da Vila - Boivão, Bade – Cerdal, Estrada – Cristêlo-Côvo, que apresentam uma frequência inferior a dez alunos, obrigando o encerramento destas escolas. Terceiro indicador: 2º e 3º ciclo do ensino básico, tendência de diminuição gradual do número de alunos matriculados no 2º e 3º ciclo do ensino básico em 1999 e 2003, em conformidade com o decréscimo dos correspondentes grupos de população em idade escolar, prevendo-se contudo que até ao ano 2011 a estabilização do número de jovens entre os 10 e os 11 anos de idade, em redor dos 275 a 300 e a diminuição do grupo entre os 12 e os 14 anos para cerca dos 340 a 385 alunos. A taxa de retenção no 2º ciclo é significativa e tem aumentado, assim como se regista algum abandono escolar, embora os indicadores sejam inferiores aos verificados no 3º ciclo que tem uma expressão mais significativa. Só a título de curiosidade, ano 2001, 31% da população residente em Valença dos 18 aos 24 anos não concluiu o 3º ciclo, nem se encontrava a frequentar o ensino básico, 67,5% é a percentagem de alunos que nos 10º e 11º anos não obtiveram classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas. Dados mais recentes, já agora, este ano lectivo segundo período do ensino básico, língua portuguesa, insucesso 8º ano 40,2%; 9º ano língua portuguesa, insucesso 49,5%; matemática, 8º ano insucesso; 9º ano insucesso 39,8%, devo dizer que não são das disciplinas com maior insucesso, a disciplina com maior insucesso no ensino básico é o inglês, ultrapassando os 50%. Congratulo-me com o programa que foi assinado para o facto de combater estes indicadores. Estes indicadores que acabei de referenciar não enganam e ajudam a enquadrar e a perceber as dinâmicas e problemáticas educativas do concelho, por isso pergunto aqui hoje que estratégias? que programa? que propostas concretas para vencer esta batalha? carta educativa para quando? a última reunião do Conselho Municipal de Educação aconteceu em Julho de 2005. estes indicadores e estas questões revelam a necessidade de consolidar política educativa a nível local, porque nos parece fundamental a sua implementação do concelho, que identifique não só as orientações, que não existem, mas também medidas, projectos e instrumentos que permitam implementar e monetizar os objectivos e metas traçadas. A título de curiosidade, em Gandra, o Centro Lúdico teve um investimento de 103 mil euros, como sendo um exemplo de como os espaços como centros educativos e lúdicos devem estar preparados para dar na actualidade, respostas ás necessidades numa freguesia onde se verifica o maior aumento populacional, hoje se o agrupamento quisesse meter mais uma sala, não tem capacidade. Recentemente, foi fechada a cadeado, porque os encarregados de educação viram que não havia ninguém assegurar nas horas das refeições a cantina, a evolução dos últimos anos está muito longe de ser suficiente, é necessário uma nova rotura mobilizadora para responder a este desafio, é necessário fazer diferente, fazer mais e fazer mais rápido. Outro exemplo, no âmbito do FEDER num investimento de 24 mil euros, colocaram-se 21 novos computadores em 9 escolas e impressora, é de louvar, mas esqueceram-se de que as impressoras funcionam com tinteiros, quando os encarregados de educação recebem informações a pedir dinheiro para comprar tinteiros para fazer impressões, alguma coisa não está bem; resma de papel, quando há encarregados de educação para a educação pré-escolar a receber informações para resmas de papel para fazer impressões, também alguma coisa não está a funcionar. Não podemos ser insensíveis perante estas questões, indiferentes às consequências nefastas das medidas que se tomem, decidindo por exemplo, encerrar escolas, fingindo que se promove qualquer plano de reordenamento da rede escolar, as consequências são imprevisíveis, as vítimas serão como sempre as crianças e as suas famílias. Uma das consequências directas do encerramento das escolas, é a necessidade da deslocação dos alunos para os designados estabelecimentos de acolhimento, defendo que um dos critérios que deve presidir à escola de acolhimento, deverá ser a distância que fica das comunidades escolares que vão acolher. No meu entender, estas escolas devem estar situadas a uma distância razoável, que pode evitar grandes e penosas deslocações para os alunos. No processo actual do encerramento das escolas isso nem sempre foi considerado como factor prioritário na escolha da escola de acolhimento. A escola da EB1 de acolhimento, deve respeitar critérios de qualidade e de razoabilidade, estas escolas devem obrigatoriamente oferecer aos alunos deslocados, melhores condições físicas,

materiais e humanas do que aquelas de onde provêm, não se compreende como é que uma escola de Boivão vai fechar, e se transfiram alunos para uma escola que não tem cantina.

Para concluir, sempre que as soluções sejam encontradas de pequenas escolas sejam o encerramento delas, é preciso que seja observado quatro condições, o estabelecimento processo de diálogo e negociação, a salvaguarda nas deslocações das crianças, na vertente de conforto, segurança, duração dos percursos e distância a percorrer, o desenvolvimento de um processo específico de negociação sobre questões profissionais decorrentes do reordenamento da rede escolar e a construção a médio prazo de centros escolares de razoável dimensão, dotados de espaços, serviços, equipamentos e recursos humanos que respondam a uma nova escola. A opção de manter metade dos Jardins de Infância e EB1 apenas resolve o problema da rede educativa do pré-escolar e do 1º ciclo a curto prazo, já que as condições existentes ainda que pequenos melhoramentos, não respondem de modo algum à necessidade de incrementar a qualidade exigida ao nível desse subsistema. Chegou a altura de reunir consensos um torno de um assunto que diz respeito a todos, as metas a longo prazo devem ser traçadas para bem da educação do concelho de Valença.”

Salustiano Faria intervém para dizer, a propósito das notícias que têm saído num órgão de comunicação social sobre o caso das piscinas e do assessor do Presidente da Câmara, que não se envergonha de pertencer à família socialista. Diz ainda que gostaria de saber se o autor da notícia terá moral para fazer esse julgamento na praça pública e arrastar além do funcionário a sua família. Considera que seria de bom senso deixar o processo seguir as vias legais para que os acusados sejam punidos por quem o deverá fazer e não por terceiros. Estranha ainda a preocupação do autor da notícia por não se efectuar uma reunião extraordinária da Assembleia quando por exemplo também não o fez, quando podia, no tempo em que ele próprio criou um movimento para tirar os poderes ao senhor Major Pereira de Castro. A propósito da intervenção do professor Veríssimo diz que, como pai de uma professora, gostaria de ver uma escola em cada lugar porque era sinal que a sua filha tinha emprego. Considera que a culpa não é apenas do poder político mas também dos pais que, por terem os seus trabalhos na vila, tiram os filhos das escolas das freguesias, reduzido assim o numero de crianças e conduzindo consequentemente ao encerramento das escolas.

O Presidente da Câmara começa por dar resposta às questões levantadas pelo deputado Temporão. Assim, sobre a questão da vila com Mobilidade para Todos diz que apesar de já se ter feito muita coisa nesta área, obviamente muito ainda há para fazer, apontando em especial as dificuldades que se encontram na recuperação de edifícios no centro histórico, nomeadamente compatibilizar os pareceres do IPAR com a necessidade destas infra-estruturas. Sobre os ancoradouros diz que o licenciamento foi um processo demorado porque teve de passar por vários organismos e que o parecer da capitania de Caminha chegou apenas na semana passada. Refere ainda que já está tudo pronto e que no momento está ser elaborado um regulamento que deverá ir a uma das próximas reuniões de câmara. Sobre o protocolo para a construção do piso sintético no campo de treinos do Valenciano esclarece que está praticamente terminado, já falou com o Valenciano, que aceitou e assim, aquele espaço passará a ser integrado no espaço escolar. Será aberta ainda uma rua, que permitirá uma melhor mobilidade naquele espaço. Relativamente às questões colocadas pela deputada D.^a Isabel, começa por dizer que a limpeza dos Caminhos de Santiago, tal como os principais caminhos e estradas das freguesias estão a ser quantificadas, em quilómetros, pois serão atribuídos 70 contos na moeda antiga, por quilometro, para limpeza. Sobre a questão do Bairro de Bogim esclarece que os serviços técnicos através da divisão de urbanismo entendem que a responsabilidade é do empreiteiro e que ainda está dentro do prazo de garantia. Foi feito um ultimato ao empreiteiro e agora segue as vias legais. Diz ainda que na próxima semana irá enviar ao local o engenheiro da câmara para avaliar o risco e, se efectivamente a situação for de risco interrompe-se a rua até estar resolvido. Sobre a questão do projecto do ensino do inglês, refere que além da importância do Biblioyes, este projecto só ficará completo com a geminação. Não apenas para as nossas

crianças aprenderem inglês mas também pelo intercâmbio, pela oportunidade de crianças inglesas aprenderem o português e a cultura portuguesa. Sobre a questão da fachada da biblioteca levantada por Armando Carvalho refere que não pretende substituir os técnicos e que não vimos aqui para discutir questões técnicas mas sim opções políticas. Considera que é necessário corrigir, supervisionar, chamar a atenção algumas vezes, mas nunca substituir os técnicos porque ele próprio de engenharia ou arquitectura percebe muito pouco. Sobre o parque de campismo de Friestas refere que foi chumbado pela Direcção Geral de Turismo e que tem de ir a todas as outras entidades. Considera que o investimento que a junta de freguesia quer fazer é um investimento com o qual a câmara concorda mas que é necessário cumprir a lei e todos os passos necessários para que seja aprovado. Sobre as condutas de saneamento e das águas pluviais na EN13 diz que há muita água pluvial ligada à rede de saneamento e que já foi feita uma investigação a todas as moradias no sentido de retirar as águas pluviais do saneamento, isto porque além de ser proibido, a Câmara paga uma factura às Águas do Minho e Lima que é maior quanto mais água pluvial entrar nas águas residuais. Refere ainda que a situação mais complicada é a de Arão mas que estão a tentar encontrar soluções. Quanto às acções de despejo dos bairros sociais, diz que por muito que essas situações sejam complicadas e por muito que custe vai ter de as cumprir, caso contrário estaria a violar um princípio fundamental que é o da gestão dos dinheiros públicos. Sobre o mercado das Lavradeiras, questão colocada por Manuel Lopes, diz que está concluído mas que as senhoras se recusam a ir para o local. Sobre o passeio dos idosos diz que tudo foi falado em reunião com os presidentes de junta inclusive a escolha do trajecto. Quanto às questões levantadas pelo professor Veríssimo refere não ser responsável pela taxa de insucesso escolar porque não é professor e que por isso cada um deve assumir as suas responsabilidades, nomeadamente o professor Veríssimo que fez parte do executivo da EB 2, 3. Diz ainda que, relacionado com o insucesso estão as escolas, professores, alunos, encarregados de educação, ministérios, autarquia, não podemos “chutar” a culpa apenas para um. No que a ele diz respeito assume por exemplo a culpa de algum atraso na aprovação da Carta Educativa. A propósito das escolas, refere que a sua preocupação não é apenas pelo 1º ciclo como também pelo ensino secundário. Quanto ao primeiro ciclo diz que não é contra o encerramento das escolas porque temos de pensar nos alunos e muitas vezes o insucesso relaciona-se com ambientes pouco estimulantes como é o caso de escolas com dois ou três alunos como já foi o caso de Gondomil. Está preocupado também com a secundária porque a este ritmo podemos ser confrontados mais ano menos ano com a situação de Valença deixar de ter escola secundária. Diz ainda que já teve uma reunião com os responsáveis da escola para tentar encontrar soluções. As medidas da Carta Educativa implicam a necessidade de obras em algumas escolas, nomeadamente Arão, Friestas devido à concentração de alunos.

Armando Carvalho diz que o Presidente da Câmara gosta de atirar uns “bombons”, como foi o caso da plataforma logística na última Assembleia, que nunca mais se ouviu falar dela, e que agora vem com o complexo desportivo. Considera que não é obrigatoriamente necessário uma geminação com uma cidade inglesa para a aprendizagem do Inglês. No sentido de reduzir despesas, considera uma melhor hipótese, outro tipo de intercâmbios familiares, outro tipo de protocolos sem geminação. Considera ainda que seria uma espécie de “facada no matrimónio” a geminação com uma cidade inglesa quando temos mesmo aqui ao lado a cidade de Tui, com vários projectos em comum, candidatos a património da Humanidade e, neste sentido, não vê a necessidade de geminação com outro país.

O **Presidente da Mesa** intervém para dizer que o policulturalismo é importantíssimo e, com Tui, talvez não valha a pena a geminação, uma vez que já somos irmãos siameses.

Manuel Lopes refere, ainda a propósito da reunião com os presidentes de junta para discutir assuntos relacionados com o passeio dos idosos, que nessa mesma reunião apenas foi escolhido o local e nada foi falado sobre transportes e horários. Lembra a situação do bairro de ciganos, do Cais, cujas barracas ainda não foram retiradas sendo urgente tomar medidas porque aquela zona está uma vergonha. Refere que a GNR tem multado, muito bem, os carros

mal estacionados na rua que vai até ao Largo de São Francisco, mas que lamentavelmente os arrumadores continuam lá e que para isso seria melhor colocar uma barra e cobrar o estacionamento pois seria mais uma receita para a câmara. Por fim, defende que a freguesia de Ganfei também precisava de um mini ancoradouro porque há pescadores, marinheiros e desportistas de Ganfei e Verdoejo que se são obrigados a utilizar uma rudimentar rampa para lançar os barcos e outros têm os seus barcos em Segadães.

O **Presidente da Mesa** explica que a iniciativa dos ancoradouros em Espanha é privada, é do Clube Náutico de Tui. Os que estão em frente ao Cais são de uma estrutura nacional, são da Selecção Nacional Espanhola de Remo, que tem uma delegação para treino permanente da equipa nacional no Rio Minho.

José Veríssimo considera que as questões relacionadas com a educação são complexas e que por isso deveria haver uma sessão extraordinária da Assembleia para debate-las.

O **Presidente da Mesa** é da opinião de que não devemos substituir uma sede que foi formada especificamente para isso, referindo-se assim ao Conselho Municipal de Educação. Refere ainda que, se em sede desta comissão sentirem a necessidade de sugerir alterações antes de vir à Assembleia, então obviamente a Mesa falará com os líderes dos grupos municipais.

José Veríssimo refere, relativamente ao encerramento das escolas do 1º ciclo, que cada encarregado de educação poderá escolher legalmente a escola que mais lhe convém, tendo em conta a sua residência e o local de trabalho. Uma vez que o deputado Salustiano se referiu à sua filha professora, José Veríssimo diz que espera que a esta tenha estado presente nas manifestações de Lisboa para defender os seus direitos. Diz que apesar de haver um projecto de construção de Jardim de Infância e de 1º ciclo, há questões importantes a resolver já para o próximo ano lectivo às quais a autarquia terá de dar resposta, nomeadamente o facto de já haver uma lista de espera para o Jardim de Infância. Pergunta ao Presidente da Câmara se a escola de Arão, no próximo ano lectivo, terá condições para receber as crianças de Cristêlo-Côvo. Relativamente a Boivão diz que realmente a situação é preocupante, já que no próximo ano lectivo as crianças serão obrigadas a ir para Verdoejo e logo depois no ano lectivo seguinte para Friestas. Sobre esta questão pensa que a autarquia já sabia que as escolas com menos de dez alunos iriam fechar, por isso, já deveriam ter criado soluções em Friestas para receber as crianças de Boivão no próximo ano lectivo. Refere ainda que a escola de Verdoejo não tem cantina e que a cantina da escola de Friestas não tem capacidade para tantas crianças. Outra solução seria enviar as crianças de Boivão para Ganfei uma vez que existe lá uma sala liberta. Refere que muitas outras coisas poderia dizer sobre este assunto mas precisaria de um dia inteiro sem no entanto querer sobrepor-se às competências do Conselho Municipal de Educação.

Salustiano Faria diz que os assuntos devem ser debatidos em local próprio e que o professor veríssimo foi levantar uma questão que diz respeito à sua vida familiar. Mas a este propósito diz que sempre tentou ser um bom encarregado de educação e um bom pai, estabelecendo as suas próprias regras, dentro do que sempre considerou correcto. Depois da sua filha ter terminado o curso acompanhou-a a Monção ao Sindicato dos Professores para se sindicalizar porque achou que como pai e encarregado de educação assim a deveria orientar. Agora a filha é adulta e por isso não a anda a controlar para saber se foi ou não a Lisboa às manifestações. Termina a sua intervenção dizendo que em muitos casos a culpa do insucesso escolar não é da escola nem dos professores mas sim dos próprios pais embora estes não gostem de assumir essa culpa.

O **Presidente da Câmara** diz que o deputado Armando Carvalho não anda atento aos jornais, caso contrário teria conhecimento de que o senhor Ministro das Obras Publicas anunciou que as duas primeiras plataformas logísticas a avançar seriam em Leixões e Valença, notícia divulgada no jornal “o Publico”. Sobre a questão da geminação, considera que é uma

boa iniciativa e que o Inglês neste momento é fundamental até em questões de trabalho. Sobre o bairro dos ciganos, diz que existem processos em tribunal para demolição das barracas. Sobre o encerramento da escola de Boivão diz não querer criar falsas expectativas mas que está a tentar sensibilizar a DREM para não encerrar esta escola já no próximo ano lectivo. Refere estar a usar principalmente o argumento da alimentação, já que estava previsto as crianças almoçarem em Ganfei. Refere ainda que as intervenções a levar a cabo implicam um grande investimento e que o Crédito Estratégico Nacional (CREN) está já aprovado e que há um entendimento entre a ANMP, o Governo e Bruxelas para dar prioridade absoluta ao financiamento no âmbito do reordenamento do parque escolar. Sobre a escola de Arão refere que obviamente não estará pronta já no próximo ano lectivo mas que falou com a presidente de junta e que a junta receberá as crianças enquanto decorrerem as obras.

2º Ponto

Revisão aos documentos previsionais para o ano de 2006.

1ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2006:- Pelo Decreto-Lei nº 158/2000, de 25 de Julho, foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Minho-Lima, para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, bem como constituída a sociedade Águas do Minho e Lima, S.A., da qual este Município é associado, a quem foi concessionado o exclusivo da gestão e exploração do sistema. Por isso, este Município está obrigado ao pagamento das tarifas devidas pela recolha e tratamento dos efluentes provenientes da sua área geográfica. Acontece que, na elaboração dos documentos previsionais, não foi prevista adequada rubrica orçamental para este efeito. Nesta conformidade, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Vereadores Srs. Drs. Jorge Mendes, Aurélia Correia e Tiago Alves, propor à Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do nº 2 do artº 53º, conjugada com a alínea a) do nº 6 do artº 64º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a aprovação da 1ª revisão aos documentos previsionais. Mais foi deliberado, agora por unanimidade, não transcrever na acta o aludido documento, pelo que, rubricado pelos Membros da Câmara Municipal, fica arquivado na pasta anexa a este livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 Novembro de 1963, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82 de 19 de Agosto.

O **Presidente da Câmara** explica que no momento da elaboração dos documentos previsionais foi esquecido o pagamento do saneamento das Águas do Minho e Lima o que conduziu à necessidade da revisão orçamental.

Armando Carvalho começa por dizer que a CDU passou a campanha eleitoral de 2005 a bater neste ponto que resulta da empresarialização do sistema de abastecimento e recolha de águas e que é absolutamente contra pois resultará num terrível aumento da água e do saneamento. Refere ainda que não votará favoravelmente, não pela questão do lapso, mas porque é absolutamente contra que se empresarialize a distribuição da água.

Santos Silva após saudação protocolar diz que apesar da oportuna intervenção do senhor Presidente para tentar dar as explicações sobre este ponto da ordem de trabalhos, não irá tirar uma palavra ao que já tinha pensado dizer uma vez que o seu sentido não se alterou. “Na Certidão emitida pelo Sr. Nuno Felgueiras, relativa ao ponto 3 da reunião da Câmara Municipal de Valença do passado dia 19 do corrente, está referido expressamente que este Município, como sócio das “Águas do Minho e Lima, S A”, “está obrigado ao pagamento das tarifas devidas pela recolha e tratamento dos efluentes provenientes da sua área geográfica.” E,

continuando a citar, mais é referido: “Acontece que, na celebração dos documentos previsionais, não foi prevista adequada rubrica orçamental para este efeito.”

Caso tivesse sido incluída, e independentemente de podermos supor um voto de sentido diferente do que foi dado por este grupo e pelos Vereadores do PSD, aquando das respectivas votações do orçamento para 2006, o que é absolutamente incompreensível é o facto de uma rubrica com esta importância não ter sido prevista e, muito menos, explicada a razão da sua não previsão. Ora, há três aspectos fundamentais a analisar:

1) – Como é possível uma falha desta natureza e deste montante, quando V. Exa., Sr. Presidente, chegou a anunciar a entrada em funcionamento da ETAR de Cristêlo-Côvo ainda em Agosto de 2005, com a consequente obrigação do início do pagamento das tarifas que se viessem a mostrar devidas;

2) – Dado que a realidade deixou para trás este lapso – terá sido lapso? – pergunta-se, agora, de onde, de quem e quando virá o financiamento sustentável e credível para esta despesa.

3) – Analisemos a actual situação da exploração da água e tratamento dos efluentes:

Limitamo-nos a tratar, primariamente, a água na ETA de Ganfei, que é retirada gratuitamente do Rio Minho e que vendemos por cerca de 621.650€ (pág. 20 do Relatório) a que acrescem, ainda, receitas de saneamento no montante de cerca de 92.000€ (pág. 21), o que não chega para a 1ª prestação do tratamento de esgotos. E quando tivermos que pagar a água, como vai ser Sr. Presidente?

Oh! Sr. Presidente, por favor livre-nos da situação de ter que dar razão às dúvidas que o Sr. Carvalho, em nome da CDU, sempre manifestou nesta Assembleia, sobre o “mau negócio” com as Águas do Minho e Lima, em que esta Edilidade se meteu ou se deixou meter.

Será que V. Exa. continuará, agora, em condições de garantir que estas verbas não serão repercutidas no bolso dos munícipes?”

O Presidente da Câmara mais uma vez diz na Assembleia que é contra a privatização das águas e do tratamento das águas residuais. Neste momento nem o saneamento nem a água são privados e pertencem a um sistema multimunicipal cujos accionistas é o Estado e que deve à sociedade um papel regulador. Sobre o investimento que as Águas do Minho e Lima fizeram em Valença diz que já deve rondar o milhão de contos, falando do investimento em alta. Refere mais uma vez que não defende a entrega do saneamento nem da água em baixa, porque isto sim, iria ter reflexos no consumidor. Acrescenta ainda que nos últimos quatro ou cinco anos a água e o saneamento não aumentaram em Valença e que também, dada a situação económica da câmara, não fará falta aumentar neste seu mandato. Diz que a única alteração que irá propor é um agravamento do escalão superior das águas porque no verão as pessoas regam relva, batatas, milho, etc..Sobre o saneamento ainda está a tentar encontrar uma solução para que o pagamento não seja exclusivamente indexado ao consumo da água. Diz que há pessoas que tem saneamento e fazem descargas significativas mas que também tem furos de água e que por isso não consomem água da câmara e desta forma o contador não anda, consequentemente não pagando saneamento.

Armando Carvalho diz que, ou o presidente tem uma confiança inabalável de que os mandatos são eternos, ou então o que fica implícito da sua intervenção é que “quem vier que feche a porta”. Diz ainda que todas as privatizações do país começaram assim devagarinho e que o presidente apesar de dizer que na sua legislatura não haverá aumento de tarifas, não se sabe o acontecerá nas próximas. Considera que é necessário alterar o modelo de distribuição mas que deve ser a comunidade a decidir porque este modelo multimunicipal foi imposto de cima para baixo. Termina dizendo ao presidente que, se este quiser, poderá endossar o assunto para todas as autarquias geridas pela CDU, em que nenhuma aceitou o modelo multimunicipal, e que não consta que estejam a morrer de sede.

O Presidente da Câmara diz que estas questões não são património de nenhum partido e, estando num país livre, cada cidadão pensa pela sua própria cabeça. Diz que este modelo já funciona há 6 ou 7 anos, aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal e que não pode

chegar e acabar com tudo porque há uma escritura assinada com as Águas do Minho e Lima, um investimento já superior a um milhão de contos, num modelo em que a Câmara também é accionista. Diz que não chega vir à Assembleia e dizer que se é contra isto ou aquilo, é preciso também encontrar soluções.

Procedeu-se á votação que num universo de 33 votantes, registando-se a ausência dos senhores deputado Augusto Natal, Vítor Rodrigues, Manuel Fernandes e Luís Amorim, registou-se 01 voto contra (Armando Carvalho) e 09 abstenções do Grupo Municipal do PSD.
Aprovado por maioria.

O **Presidente da Mesa** pelas 12h50m interrompeu os trabalhos para período de almoço. Os mesmos foram retomados pelas 14h30m com o

3º Ponto

Documentos de Prestação de Contas.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS:- Presentes os documentos de prestação de contas, a Câmara Municipal, depois de os apreciar, deliberou por maioria, com as abstenções dos Vereadores Srs. Drs. Jorge Mendes, Aurélia Correia e Tiago Alves, aprová-los e mandar remetê-los à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do nº 2 do artº 53º da Lei nº 168/99, de 19 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Mais foi deliberado, agora por unanimidade, não transcrever na acta os aludidos documentos, pelo que, rubricados pelos Membros da Câmara Municipal, ficam arquivados na pasta anexa a este livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 Novembro de 1963, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82 de 19 de Agosto.

Inês Ferreira após saudação protocolar diz: “A nossa intervenção a propósito das contas de 2005 agora apresentadas, tem de conter obviamente uma posição em função das opções políticas que sustentaram durante quatro anos as decisões do executivo camarário presidido por V. Exa., portanto é neste pressuposto que passamos a apresentar as reflexões que os dados nos suscitaram.

Começaremos por analisar a execução do plano plurianual do investimento onde constatamos o seguinte: o grau de execução global, e são valores que lá aparecem, não fomos nós que os contabilizamos, foi de 43,68%, mas o grau de execução anual foi no ano de 2005 83,23%, dados que todos nós podemos constatar dos documentos apresentados. Esta diferença abismal, leva-nos a concluir que se apostou prioritariamente no último ano do mandato, só para recordarmos, todos nós sabemos que as eleições foram em Outubro de 2005 e os munícipes de Valença sabem ler isso, leram muito bem e deram-lhe a vitória e está portanto de parabéns. A estratégia funcionou senhor presidente, apesar de no relatório de gestão que nos foi apresentado, na página 3, se dizer que não se recorreu ao desenfreado investimento de circunstância, recorreu-se a essa estratégia e eu vou mostrar como.

No ano 2005 executou-se 71% do plano de investimento dos quatro anos, vamos por rubricas: transportes e comunicações, executou-se 70% do investimento previsto para quatro anos, realçando-se para esta rubrica o peso das repavimentações e pavimentações, algo extraordinário, porque na rubrica conservação de arruamentos urbanos, conservação e beneficiação das vias de rede viária municipal, só foi contemplado no ano de 2005, portanto isto é cíclico, coincide com as eleições, portanto o prazo de validade das nossas ruas é de quatro anos. E já agora deixe-me só dizer uma coisa, relativamente à habitação e serviços colectivos utilizou-se em 2005 92% do plano plurianual de investimento, sendo que 87% desse investimento foi no ano de 2005, destinado à requalificação e muito bem, da zona da Coroada. Só que, já que estamos com essa sensibilidade e já que temos a nossa bandeira da mobilidade, vejamos como estão os passeios da Coroada, são outras vitrines, é a continuação das vitrines dos estabelecimentos comerciais. Eu gostava de saber como é que alguém com alguma dificuldade

motora, consegue circular nos passeios da Coroada, era uma oportunidade de ouro, de começar a educar aquela zona, para depois aqui em baixo seguirmos o exemplo. Mas necessariamente e porque para nós é uma questão prioritária, eu tenho que parar na educação, esta apresenta, são dados que estão aí 32,56% da execução global dos quatro anos. Mas, relativamente ao ano de 2005, ela absorveu 82,5%, estou a falar do plano plurianual de investimento. Mas realcemos o seguinte, se olharmos para anos anteriores e para o ano 2005, no ano anterior temos o Centro Lúdico de Gandra, um compromisso assumido desde a instalação da zona industrial de Gandra, no local que foi e o que é que se fez mais? Interveio-se na EBI de Ganfei, o resto são remodelações, conservações, nada mais se fez.

Nos quatro anos anteriores ao seu mandato, 39,7% do investimento utilizado foi em transporte e comunicações e unicamente 3,5% na educação. Desses 3,5% cerca de 58% foi só para o Centro Lúdico de Gandra e para Ganfei. Quando de manhã dizia que a culpa dos indicadores que o professor Veríssimo apontou, e eram indicadores que devem sustentar decisões políticas na área da educação, apontou os professores como sendo uma das causas de insucesso, se calhar somos, mas também há decisões políticas que não contam com a opinião dos professores e durante anos em Valença e em outros locais, mas agora falo em Valença, nomeadamente em relação á Secundária, lutamos com concorrência desleal muito forte! Lutamos com escola profissional, que foi implantada aqui em Valença e ninguém perguntou aos professores do ensino secundário se os cursos que vieram para cá, se eram os mais adequados para este concelho, e esses cursos chocam, competem com os cursos tecnológicos da escola secundária que são na mesma área e nós os dois, senhor presidente já falamos uma vez sobre isso. São casos subsidiados para os alunos, na nossa escola nós não pagamos subsídios aos alunos, há subsídios para os meninos carenciados. E mais, aqui foi aprovado um regulamento de bolsas, vocês todos são testemunhas porque estavam aqui no último mandato, que foi contra a nossa opinião, que o actual regulamento de bolsas da Câmara Municipal de Valença também contempla os alunos das escolas profissionais, o ensino secundário não está lá incluído. Se continuarmos senhor presidente, é uma questão política, eu disse que nós íamos analisar isto numa perspectiva política, só porque tecnicamente as contas devem estar de acordo com o POCAL e os funcionários devem ter feito isto muito direitinho, e quem vai dar a última instância, a aprovação ou não, é o Tribunal de Contas. Mas, se continuarmos a dar continuidade ao alcatrão sem apostar na formação digna e dignificante, das crianças e adolescentes deste concelho, estaremos como já se disse aqui uma vez a penhorar o futuro das novas gerações e o desenvolvimento desta terra. Já aqui se levantou a questão da falta de formação da mão-de-obra para o Parque Industrial de Gandra, nós não temos mão-de-obra qualificada, eles vão buscar a outros municípios e isto passa por decisões políticas e não pelos professores. É urgente tomar decisões políticas firmes, conscientes, rigorosas, imunes em relação a interesses de qualquer tipo, senão decidimos nós ou outros decidem, que é o que está acontecer, Lisboa decide e o Porto decide. Aqui já se decidiu, o PS já decidiu o que se vai fazer em Friestas, Arão, São Pedro da Torre e a Carta Educativa ainda não está aprovada, portanto já se começou a tomar decisões, suponho que tendo em conta os indicadores economicodemograficosociais patentes neste momento no concelho.”

Manuel Lima após saudação protocolar disse: “Na análise do relatório de gestão das contas de 2005 e começando pela receita é visível verificar uma forte dependência do Orçamento Geral do Estado e dos fundos estruturais no orçamento desta Câmara. Num contexto onde tanto se critica a dependência financeira das autarquias do Poder Central e as burocracias que ainda hoje de manhã se falou existentes na tomada de decisões quando a câmara quer executar algum tipo de investimento, as burocracias existentes entre as autarquias e o Poder Central e por um lado se glorifica, o Poder Local como baluarte da nossa democracia, não haverá aqui senhor presidente uma necessidade de alguma criatividade e engenho, para conseguir ou melhorar as capacidades de gerar receitas correntes ou próprias? O PSD, se está lembrado, deu algumas pistas no que toca à feira de Valença, onde posso dar-lhe um exemplo, foram leiloados quatro lotes, cerca de cem metros quadrados, foram leiloados por cerca de

sessenta mil euros, é um exemplo. Pois não faz sentido criticar, ou neste caso justificar perante os Valencianos uma quebra de receitas, acusando entidades externas à Câmara e por outro lado acomodar-se a esta situação. Como diz o ditado “a necessidade faz o engenho” e neste caso o executivo, a nosso ver falta o engenho e quando há necessidade, essa parece ser relativo. Olhando para o lado da despesa e do investimento realizado, o relatório de gestão logo na introdução, desvirtua de uma forma descarada, tentando passar o atestado de cegueira a todos os Valencianos, pois e salientando o que a minha colega de bancada disse, que não se recorreu a um desenfrear ... social, investimento típico em épocas de eleições, quando toda a gente viu o contrário e quando cerca de 86% da execução do plano plurianual dos investimentos foi realizado em 2005 e nos outros três anos anteriores do seu mandato essa dotação global foi de 44%, senhor presidente acho que não estamos a falar verdade. Mas também não estou aqui para popularismo barato, nem demagogias, quero louvar também o seu esforço no que toca ao equilíbrio financeiro que tem vindo a conseguir, que isso é visível na análise dedutiva da estrutura do passivo desta Câmara. No entanto, verificamos que a nível de custos com o pessoal estes absorvem cerca de 44% da despesa, isso como deve saber numa empresa é insustentável, ou seria insustentável, aqui pergunto, que medidas se vão tomar para inverter esta situação? Um pormenor, no que toca às contas na rubrica de horas extraordinárias, em que existe um aumento de cerca de 258 mil euros comparativamente a 2004. Podemos ver que cerca de 75% destes custos foram transferências de capital concedidas à Administração Local, queria saber quais foram os critérios utilizados nessas transferências e porque é que mais uma vez coincidiu este aumento em período de eleições. A nível das despesas de educação, salientando o tema da educação porque é um tema bastante grave e não é um tema Valenciano, é um tema nacional, não só nos preocupa o pouco investimento realizado, mas também o tipo de investimento realizado que demonstra uma falta de visão e estratégia para o sector. Há outra questão, que tem a ver com certas rubricas que transitam de ano para ano, como é o caso do Cais do Minho, em que gostava de saber se em 2006 vamos ter essas rubricas, se mantêm contratação zero ou continua a aparecer o orçamento, e uma delas, para nós é importante, tem a ver com o programa de apoio à toxicod dependência. Eu queria salientar mais uma coisa, podemos concluir que queiramos ou não este relatório de prestação de contas 2005 não deixa de ser um relatório do seu mandato, do seu primeiro mandato e que ao fim e ao cabo se resumiu não em quatro anos, mas a um ano a nível da realização da obra.”

O Presidente da Câmara é da opinião de que as contas não são tanto um documento político como é, por exemplo, um orçamento. As contas tem a componente técnica e se estamos num órgão político, é para debater opções políticas. Diz que a Dr.^a Inês este ano se esqueceu de referir, como todos os anos, a questão do formato da apresentação das contas e que realmente houve um esforço para tentar melhorar a apresentação das contas. Há um relatório introdutório, uma série de explicações que até aqui não era feito, eram entregues simples “prints” dos mapas que são obrigatórios para o Tribunal de Contas. Sobre o PPI diz que o fazem porque é obrigatório por lei, que se trata de um documento que não pode ser utilizado como um instrumento de análise financeira do mandato. Defende que ter um grau de execução orçamental de 83% é muito bom, isto no que diz respeito a execução financeira, porque a execução física é muito maior. Refere que quando tomou posse o único projecto que não estava acabado foi a Biblioteca Municipal e para os restantes tiveram de ser feitos projectos de execução, especialidades, comprar terrenos à DREN, etc., tudo processos demorados, portanto, isto para dizer que não se pode pensar ganhar as eleições e começar logo a fazer obra. Não percebe como podem dizer, após tanta obra, que o mandato se resume a tapetes, quando até foi o mandato que menos se gastou em tapete. Não percebe também como desvalorizam a Biblioteca nova, as obras no Centro Histórico, a linha de caminho de ferro que até agora era uma lixeira, a Senhora da Cabeça, que também era um monte de silvas, entre outras obras. Sobre a questão da dependência do Orçamento de Estado levantada por Manuel Lima, diz que não há autarquia neste país que não dependa maioritariamente do Orçamento de Estado porque é modelo que temos. Sobre a feira diz que não gosta de andar atrás dos pais das ideias mas que há aproximadamente um ano, deu instruções claras para se fazer um regulamento em que o

mecanismo de atribuição dos lugares da feira fosse por haste pública. No entanto, para fazer o regulamento primeiro temos de saber qual o melhor modelo em funcionamento. Trata-se de um processo que demora algum tempo porque primeiro é necessário prepará-lo, depois aprovar em reunião de Câmara, depois discussão pública, depois vir à Assembleia Municipal, o que leva praticamente um ano. Diz ainda que isto não resolve nada ao nível das receitas correntes, não é significativo, seria significativo se isto fosse assim desde o início da feira. Na sua opinião, não havendo muita margem de manobra, onde há que trabalhar forte é no lado da despesa. Os custos com o pessoal são o “cancro” da Câmara e de muitas Câmaras deste país, no entanto, quando forem apresentadas as contas para o próximo ano, poderão ver o esforço que está a ser feito no corte das ajudas de custo, no corte das horas extraordinárias e nos concursos para os quadros. Portanto neste momento as despesas com pessoal têm tendência a estabilizar, mas não há que esquecer de um problema antigo que são as progressões na carreira e os aumentos de vencimentos. Sobre a questão das rubricas e obras que se irão manter, explica que uma obra pode estar completamente paga, mas desde que tenha a caução e todas as empresas, nós temos de ter sempre essa rubrica aberta porque a qualquer momento podemos ter que intervir nessa obra, seja ela uma estrada ou um edifício. Refere que pela primeira vez em doze anos o município de Valença foi o que mais verba recebeu do principal programa comunitário de financiamento no Vale do Minho e possivelmente do Vale do Lima, que é o programa INTERREG. Em termos de comparação, no primeiro ou no segundo INTERREG, Caminha recebeu qualquer coisa como oitocentos mil contos, Melgaço qualquer coisa como um milhão de contos e Valença cinquenta mil contos. Sugere ainda que vejam os valores do programa chamado PICTUR.

Inês Ferreira intervém explicando que o que “há quatro anos para cá solicitava, era sempre o relatório do orçamento, porque nos ia explicar quais os objectivos que sustentavam as rubricas e as verbas que eram apresentadas, isso é notório em todas as minhas actas, o senhor presidente prometeu fazer, fez uma vez e depois não fez mais. Permita-me que discorde, mas eu considero que as contas da Câmara também espelham opções políticas porque, necessariamente, depois o plano plurianual de investimento é a meu ver, um instrumento político, tal como é o PIDAC a nível nacional, e eu não fiz uma análise financeira, peguei no plano plurianual de investimento e avisei logo de início que eu iria fazer uma análise às opções políticas. O senhor presidente esteve quatro anos como presidente da Câmara, mas não se esqueça que quatro anos atrás esteve como vereador, portanto co-responsável nas decisões há oito anos para cá, portanto também tem de fazer algum exercício de reflexão acerca das decisões que já vêm para trás. Eu não desvalorizei o investimento que foi feito em termos de pavimentação, de requalificação do património, eu referi isso aqui, sim senhor muito bem, agora a análise que eu fiz foi comparativa, que peso é que tem outros domínios no total gasto em termos de despesa de capital e aí, o senhor presidente não negou, a educação perde estrondosamente, não me respondeu, não me contra argumentou, o senhor sabe fazer contas e eu também, eu não lhas ensinei a fazer mas quase! Portanto sabe perfeitamente que podemos comparar valores, podemos comparar pesos relativos das várias rubricas, a educação perde estrondosamente e se calhar agora no próximo mandato, eu espero que de facto a preocupação da educação se espelhe também nas próximas contas e nas três seguintes, de certeza que as gerações futuras vão agradecer. São vocês próprios que dizem na página 5, relativamente e vou entrar um pouco na área do meu colega, mas eu de repente vi aqui a frase, de facto vocês superaram aquilo que estava previsto, a receita de capital ficou substancialmente aquém do previsto e justificam, quer por algum atraso nos pedidos de pagamento referentes aos empreendimentos co-financiados em curso, portanto houve alguma inabilidade da Câmara.

Manuel Lima diz não querer tirar o mérito ao Presidente da Câmara no que diz respeito ao campo da Feira, mas recorda-lhe que o tema surgiu quando o Presidente foi pressionado pelo Vereador Jorge Mendes. Relativamente às verbas, diz que não está ali para lhe dar conselhos

nesta matéria mas que seguramente Valença tem potencialidades próprias, naturais, que podem ser rentabilizadas a nível económico. Em relação ao tema da capacidade de melhoramento das receitas próprias, pensa que seria melhor rever o sistema das taxas de construção, para evitar assim situações do género do que aconteceu com o edifício Portas y Acuña e pergunta em que ponto está esta situação. Termina a sua intervenção questionando sobre o programa ao combate da toxicod dependência, rubrica que anda a transitar de um lado para o outro e sem se fazer nada.

O **Presidente da Câmara** responde às questões levantadas pela Dra. Inês, começando por dizer que já foram tomadas decisões para investimento no reordenamento do parque escolar mesmo sem a carta educativa estar aprovada até porque está atrasada como todas as outras cartas educativas do país. Diz que nos dois primeiros anos de mandato é impossível iniciar obras estruturais porque é impossível arrancar sem projecto e este engloba o projecto de arquitectura, de especialidade, pareceres de entidades, tem de ser aprovado em reunião de câmara, tem de se fazer candidaturas, tem de se arranjar dinheiro para pagar e tudo isto é impossível fazer nos primeiros tempos de mandato. Sobre a questão da feira diz que tomou essa opção de forma pessoal por considerar que é o modelo mais transparente apesar de não ser perfeito e poder ser um pouco injusto em determinadas situações mas não há modelos perfeitos. Diz que o senhor Manuel Lima quando fala em receitas correntes não pode comparar o nosso modelo com o dos Espanhóis. Costuma-se dizer que os municípios Espanhóis não tem dinheiro nem para mandar cantar um cego, não tem capacidade, nem legalmente é possível gerirem obra municipal, a única coisa que fazem é em matéria de licenciamento. Todas as obras que se vêm são feitas pela Deputacion de Pontevedra ou pelo Governo de Santiago. Diz que não percebe como podem falar em aumentar as receitas correntes quando sugerem baixar as taxas para captar investimento, diz que isto é incompatível. Refere que as taxas de habitação uni familiar estão baixas mas reconhece que as de habitação multi familiar estão um pouco altas. Sobre o investimento que o senhor Manuel Lima referiu, explica que foi embargado, foi paga a taxa, foi desembargado e agora a obra continua. Sobre o plano de combate à toxicod dependência diz que precisa de analisar o processo para poder saber em que ponto se encontra.

Procedeu-se à votação que num universo de 33 votantes, sendo faltosos na parte da tarde os membros Luís Amorim, Vítor Rodrigues e Isabel Andrés ; o José Veríssimo ausentou-se neste momento; registou-se 01 voto contra (Armando carvalho) e 07 abstenções (Grupo Municipal do PSD). **Aprovado por maioria.**

De seguida a **1ª Secretária** procedeu à leitura da **Acta em Minuta**, que submetida à votação, num universo de 33 votantes, foi **aprovada por unanimidade.**

O **Presidente da Mesa**, verificou não haver presença ou intervenientes para o Período de Intervenção do Público e quando eram 15h20m, agradeceu a todos os presentes e deu por encerrados os trabalhos. Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente acta, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Jorge Gama**, e pela **1ª Secretária, Anabela de Jesus Sousa Rodrigues.**

O Presidente da Mesa,

A 1ª Secretária,
